# ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: CAMINHOS EMOCIONAIS, AFEIVOS E ECONÔMICO

VALNEI DOS SANTOS SOUZA

RESUMO: este texto traz consigo uma reflexão sobre a economia solidária, na perspectiva de se pensar a economia por outro viés social. A tarefa da economia de enriquecimento, acúmulo e transformações que perpassam a individualidade humana, nesta proposta há a intenção de sobrepujar esta visão comum, pois está implícito o aspecto solidário, que contrapõe o acumulativo, ou seja, o enriquecimento que historicamente permeia as condições de vida e determina hierarquias sociais pensar em solidariedade, eleva a natureza para sair de si e repensar caminhos de uma economia muito mais ampla. Portanto, uma tarefa que deve ser destinada às instâncias educacionais, como verá nesta proposta através do Ver, julga e agir, como caminho de reflexão e ação. Quer dizer, as escolas, os métodos de ensino e os ciclos de aprendizagem, podem ser percursos importantes para se pensar uma economia solidária, que construa sociedades mais engajadas à vida como um todo e o texto propõe esta forma de pensar.

PALAVRAS-CHAVES: economia; solidariedade; escolas; alternativas.

ABSTRACT
This text presents a reflection on the solidarity economy, offering a perspective that views the economy through a different social lens. It seeks to move beyond the conventional view of the economy—often defined by wealth accumulation and transformations centered on the individual—by highlighting the aspect of solidarity. This solidarity stands in contrast to the accumulation-driven model of wealth creation that has historically shaped living conditions and social hierarchies. Embracing solidarity encourages us to look beyond ourselves and reimagine the path towards a much broader economic model. Consequently, this is a task that should be addressed within educational settings; as this proposal demonstrates, the "SeeJudge-Act" framework serves as a valuable pathway for reflection and action. In other words, schools, teaching methods, and learning cycles can play a crucial role in envisioning a solidarity economy that fosters societies more deeply committed to life in its entirety—a mindset this text advocates.

KEYWORDS: economy; solidarity; schools; alternatives.

## INTRODUÇÃO

Para início de conversa sobre uma realidade: a financeira. Quando se fala de economia, de imediato se pensa em dinheiro e nas várias formas de fazer este dinheiro render. Sabemos que economia e seu conceito específico foi ganhando muitos contornos, na medida, em que, identificou-se o quanto este tema é controverso na história humana, o quanto os processos de se pensar seus efeitos, as relações entre os povos em seus territórios, seja pelo acúmulo de poucos e a não distribuição de renda para muitos. Quer dizer, o que não acontece de fato, no chão da realidade cotidiana, quando o assunto é fazer da economia uma aliada no combate à fome, contrário em sua forte atuação como financiadora de morte, como nas guerras vigentes.

## UMA EXPLICAÇÃO SIMPLES E CONCEITUAL PARA REFLETIR

A forma aparentemente comum de se pensar a economia é que ela é a ciência que consiste na análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Portanto, numa busca rápida no site aberto para pesquisa, prontamente lá diz: "a economia é o estudo das escolhas dos indivíduos e do que possibilita a compatibilidade nas escolhas de todos" (Wikipédia, 2025, n.p.).

Não esqueçamos que a palavra "economia" deriva da junção dos termos gregos "oikos" (casa) e "nomos" (costume, lei) resultando em "regras ou administração da casa, do lar". A economia de Francisco e Clara anunciada pelo Papa Francisco nos insere à "Casa Comum" (Laudato Si, 2015), pois a Encíclica do Pontífice Francisco (Bispo de Roma) inspirada em outro Francisco, nos faz ver que esse cuidado diz respeito àquilo que é comum a todos. Remete ao paradigma do

cuidado. Observe que, evita-se Domus, que significa casa em latim, no entanto, traduzido também para doméstico. Curioso é que "oikos" do Grego também significa casa, decorre perguntar: de qual casa estamos falando? Daí o Papa escolhe referir-se ao Planeta, num sistema Solar entre outros Planetas, que, sequer podemos nos mudar. Possivelmente acrescentemos ao nosso individualismo, pois a "casa comum" apontada pelo Papa Francisco em sua Encíclica, Laudato Si', por exemplo, nos alerta quanto à preocupação com a Mãe Terra, e o quanto a estamos destruindo, em busca de uma economia vociferante e embebecida de ganância dos investimentos improdutivos, doravante, cada vez mais virtuais, tornando pouquíssimos em bilionários. Portanto, diante deste "nomos" = costumes, seja de leis utilizadas para o controle do capital nas mãos de poucos, urgentemente se buscar alternativas de uma economia que planifique de fato e de direito, que crie um horizonte na perspectiva de se incluir, ampliar condições e possibilitar participações.

VER A REALIDADE SOBRE OUTRO PRISMA (PERSPECTIVA DO VER)

São sinais de novos rumos, de se pensar a economia com finalidade diferente, sobretudo, à luz de outra perspectiva, que não a dos investidores solitários, como já existe. Em contrapartida, busca-se diálogos e convergências, nestas vertentes sobre a educação financeira. Economia Solidária, no campo das relações sociais, técnicas, mercadológicas e a economia de Francisco e Clara, esta, por sua vez, advinda das preocupações pastorais para contrapor a lógica exploratória dos poderosos, estruturando-se como forma de dar respostas diferentes há uma contínua mecanização da vida humana. As comunidades e suas instituições, sofrem com o acúmulo do capital no controle das grandes corporações e a precarização de todos os serviços básicos, a escola pública por exemplo, são atingidas por vontade política de reduzir recursos ou desviá-los para manutenção de outros interesses, principalmente eleitoreiros.

A falta de um olhar mais crítico decorre da ausência de uma visão de mundo, que, entenda-se como coletivo imerso num problema que atinge a todos e todas da periferia, seja educação privada principalmente pública. O "apostilamento" do ensino privado para tornar alunos e alunas eficientes em resolver, por meio de funções, qualquer problema, em vista de um futuro cargo promissor, ou seja, a mecanização para ser utilitário (a) no capitalismo neoliberal. Não obstante, a isso, o déficit na educação pública, criando abismos ainda maiores das futuras gerações em poder participar por igual nesta disputa, por si só, desumana.

Esta precária realidade da educação periférica brasileira sempre foi projeto da elite (predominante no controle dos meios de produção) para continuar sendo assim, exemplos não faltam como EJA (Educação para Jovens e Adultos) sempre em risco de muitas escolas à noite fecharem. Quem são os alunos e alunas atingidos, adultos que voltam às escolas para completarem seus estudos do período fundamental e médio, para manterem seus empregos e ou poder concorrer a um cargo interno na empresa que aceita somente quem tem segundo grau completo. A EJA é um clássico exemplo do que não deveria acontecer quanto, a redução a cada ano de números de alunos e professores, neste período. O conjunto de cidadãos que são mantidos (as) na interminável necessidade de sobrevivência com baixos salários e ataques aos direitos trabalhistas cresce e ou ficamos longe de erradicar, mas esta estatística.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SENTIDO AMPLO.

A economia solidária é um modo específico de organização de atividades econômicas. Ela se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento, e pela igualdade entre os seus membros. A relevância de tratarmos sobre economia não reflete somente para os aspectos do enriquecimento acumulativo, muito embora, seja sempre uma motivação imediata. No entanto, pensar sobre economia sempre varia, a depender da necessidade de indivíduos e grupos, conforme suas realidades socioculturais, sobretudo, em suas consequências como desigualdades e o acúmulo de capital em mãos de pouquíssimos, tornando-se um problema a ser enfrentado com políticas públicas em parceria

com a economia solidária.
Ao falarmos de economia precisamos olhar como sentido do bem comum, transformar as individualistas perspectivas econômicas para uma ampla mudança comportamental, através de uma educação financeira, como solução e não como um fardo. Investir a longo prazo, na educação básica curricular, alternativas saudáveis e interessantes para enfrentar, com estratégias, os desafios de minimizar às terríveis consequências da falta de condições históricas nas estruturas educacionais, propositalmente advindas das explorações desde o período colonial até nossos dias nas periferias brasileiras.
Quer dizer, a alternativa ao que parece é incluir nas estruturas educativas um senso de corresponsabilidade e solidariedade para combater as desigualdades, vivenciadas desde a educação fundamental no país e no mundo. Por conseguinte, pensar uma economia solidária como um viés de solução possível à falta crônica de políticas mais consistentes, coerentes com a população, sobretudo periférica. Às cooperativas nas periferias são um sinal desta busca de inclusão socioeconômica, como nos diz Tiaraju Pablo, no livro Reflexões Periféricas: propostas em movimentos para a reinvenção das quebradas (ORG. 2021), em específico, no texto: Mulheres periféricas: lutas comuns, frentes diversas:

"A redução da desigualdade econômica de gênero leva a redução da pobreza em geral. As mulheres costumam compartilhar suas rendas com suas famílias e investir em pequenos negócios, promovendo o desenvolvimento da economia local da comunidade". (NATALY, SHEYLA e SHIRLENI, 2021, p. 74)

Por caminhos de reconstruir uma forma de econômica e de ampliar possibilidades e reconstruir as vidas periféricas, porque elas também importam "vidas" com mais autonomia no combate à fome, às desigualdades sociais do dia a dia, a economia de Francisco e Clara sinaliza para estes aspectos do cotidiano, ser mais que reflexões e perspectivas, mas uma ação, concreta e disseminada nas comunidades eclesiais da "casa comum". Não somente nas comunidades, que estejam nas discussões institucionais públicas e privadas, fomentando e gerando condições de prospectar transformações positivas, por meio de uma economia que não aliene e ou escravize, mas liberte e salve vidas.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA PENSADA NAS ESCOLAS. (PERSPECTIVA DO JULGAR)
A COVID-19, infelizmente escancarou ainda mais a desigualdade brasileira quanto, ao acesso aos elementos fundamentais (cf. CF1988) à moradia, educação, saúde, segurança. No entanto, nas escolas públicas das periferias, de maneira gritante, o isolamento social, como prática de medida de segurança para impedir que o vírus se expandisse, revelou o cenário histórico, de fome, descaso, indiferença e, sobretudo, de morte, crise total a que foram acometidos, nos quatro pontos da nação.
A pandemia afetou significativa e letal às estruturas essenciais, chegando às crises de ordem geral. De acordo com os dados, o número se refere ao período de 2020 a 2022, que engloba a pandemia de Covid-19, e representa um aumento de 14,6 % em relação ao levantamento dos anos anteriores. As causas da fome no Brasil, se apresenta na pandemia, com variadas motivações, como nos mostra o parágrafo do Texto-Base da Campanha da Fraternidade:

"Os fatores climáticos, as guerras e os desastres naturais de todas as espécies, por mais impactantes que sejam, estão longe de constituir as únicas causas da miséria e ada fome. Para compreender corretamente esta questão, é necessário considerar o conjunto das suas causas:46. Estrutura fundiária. 47. Política agrícola perversa. 49. Desemprego e subempregos". (CNBB, 2023, nº 45),

No "chão da escola" à solidariedade gerou compartilhamentos de Cestas básicas para combater situações de extrema falta do que comer nas casas das famílias dos alunos mais carentes. Os professores tiveram que ampliar doações, em caráter emergencial para possibilitar que família obtivessem alimentos para suas manutenções e sobrevivências. Não bastasse, a violação deste direito elementar que é alimentação a educação sofreu um duro golpe, pela falta de equipamentos eletrônicos nas famílias, para acom-

panhar as aulas online.
O déficit educacional é um retrato do Brasil a passos largos para sua transformação social, a pandemia e a polarização expressam um "ontem e hoje" de um país a quem do seu potencial.
Demonstra que "no Brasil, 53,2 % das pessoas com 25 anos ou mais de idade concluíram a educação básica obrigatória; ou seja, possuíram, no mínimo, o ensino médio completo em 2022. Já o percentual das pessoas da mesma faixa etária com nível superior completo, era de 19,2 %, no mesmo ano". (IBGE (2022)
Portanto, o desafio é enorme, dada a proporção gigantesca de problemas, em níveis históricos, para se pensar como unir: educação + economia + solidariedade na fonte, na base, na estrutura, na gênesis da formação de nossa sociedade, como esperança e como ações concretas para serem eficazes, na transformação de vidas: precárias em prósperas, vidas pobres em bem estar, em individualismos financeiros para solidários.
Em seu livro Ladislau Dowbor (2024), resgatar a função social da economia nos diz sobre Antônio Martins ao nos apresenta-lo: "o capitalismo está morrendo", sustenta este livro. A ideia soa estranha numa época em que é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do sistema. Mas este mesmo autor, desenvolve sua hipótese com notável rigor ao mesmo tempo faz um convite à ação política".
Ação política, discutir tais conjecturas, num contexto tão recente de polarização sociopolítica brasileira, deve parecer tarefa bem áspera. Os ataques à educação e aos seus profissionais, os levando a precarização salarial e reconhecimento social, não mais de prestígio, mas como doutrinários, expressado por uma, de fato, minoria, que se utiliza de robôs virtuais para implantar "fake news", promovendo uma espécie de "cancelamento" na reputação dos profissionais de educação, requer repensar a escola com sua profícua função social, como em disse Mário Sergio Cortella (2024), numa ocasião em vídeo: "a escola transformou-se em tudo", pois, sua característica ampliou-se para todas as necessidades sociais, nela tudo é posto para acudir às necessidades das famílias que são atendidas em campanhas vacinais, saúde bucal, em catástrofes, como base de votação em período eleitoral, para eventos culturais.
Não seria diferente quando a escola precisou mobilizar-se no período de pandemia da covid-19, nos quais, os casos de insegurança alimentar aumentaram e neste quesito vemos o quanto às famílias, não somente precisam de uma educação de qualidade, mas de se repensar outros aspectos que perpassam pela educação financeira quando destaca frequentemente, em sua carta o clamor ambienta e social: "aos gritos da Mãe Terra e dos povos", dada preocupação pela casa comum, que está" ficando em ruínas", posicionando-se: "não a uma economia de exclusão e desigualdade. Esta economia mata (cf. Evangelli, uma economia que combata a violência financeira, seja denunciada e que promova o bem viver". (PAPA FRANCISCO, 2024).
Para tanto, a educação financeira, e a perspectiva da economia de Francisco e Clara, pode ser discutida, refletida no âmbito da educação formal. Em escoa particulares se tem a educação financeira, em muitas, desde a educação infantil. Em relação à escola pública está muito timidamente. Por funcionar em sistema de rede de ensino, seja Estadual e Municipal, as discussões e implementações estão postas, mas não amplamente discutidas.

## A ESCOLA DO PERÍODO NOTURNO, REGULAR E EJA (PERSPECTIVA DO AGIR)

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) torna-se um público, de maneira imediata e, quizás, mais urgente ao diálogo sobre esta ótica da economia solidária, pois muitos são trabalhadores, assalariados (as) e autônomos, jovens que vão para o período noturno por conta dos programas de jovens aprendizes entre outras necessidades, ter de ajudar nas despesas familiares. Neste ambiente as propostas, preocupações e possibilidades são mais pertinentes aos debates e prospecções sobre as finanças. Não obstante, sem jamais esquecer a exploração econômica na história colonial brasileira, as sequelas do imperialismo europeu, tão presente na sociedade hoje, quanto à precarização do trabalho, da falta de renda de muitas famílias, a desestruturação familiar.

Pensar em alternativa de mudar esta lógica econômica hegemônica capitalista elitizada fica cada vez mais evidente e urgente, pois este público adulto continua na esteira da exploração neoliberal. Por conseguinte, a "educação financeira: necessária e urgente", como nos aponta Ana Carolina, Augusto Luís e Ricardo Pereira em seu texto: Educar para novas economias no livro: Realmar a Economia (2023, p. 121), nos conduz ao aspecto interessante quanto ao caráter em que as questões financeiras precisam ser repensadas:

"É importante saber que a educação financeira não precede a crítica ao modelo. Ela necessita estar assentada em bases sólidas de construção de uma sociedade mais justa, e, desse modo, deve ser instrumento de humanização..." (ANA CAROLINA, AUGUSTO LUÍS E RICARDO PEREIRA, p.124).

É, por assim dizer, uma preocupação que podemos incluir às instituições públicas de ensino para este debate ser dinamizado, para a adequação e reformulações das práticas pedagógicas, nos PPP's (Plano Políticos Pedagógicos) e, planos de aulas dos profissionais da educação, inteirando-se sobre esta temática e participando da construção de uma educação financeira embrionária e consistentes com os anseios de transformar, para o bem viver, um futuro que esteja muito mais presentes e participativos nas relações diárias das famílias, como continua a dizer no texto:

"É preciso, dentro da educação financeira, questionar o modelo finaceirizado (o capitalismo improdutivo dos estudos do economista Ladislau Dowbor), propor um olhar para as comunidades que fortaleça sua atuação política, pois, assim, a educação financeira florece". (LADISLAU DOWBOR, 2024, p.

Portanto, as escolas públicas, em seus espaços organizativos, de iniciativas criativas, em suas propostas pedagógicas podem e devem promover este tema, com a responsabilidade que a educação exige, humanização das práticas escolares e na vida, gerando harmonia no que se pensa, diz e faz. Prospectando ideias os objetivos profissionais futuros, possam contemplar a solidariedade na busca do sucesso profissional, social almejado.

Nesta temática a educação financeira, a economia solidária, se tornam embrionárias e não preocupações estratégicas de contenção de riscos e ou pior, agentes contínuos da manutenção das desigualdades. Tais propostas de se pensar a economia, podem ser lecionadas em aulas, projetos de cunho lúdicos e sociais, para além das resoluções de fórmulas e conceitos matemáticos, nas maneiras de aprender para que as competências, habilidades e capacidades de resoluções atinjam à sociedade equitativamente. Podemos de dizer, que não é tarefa somente para educadores da matemática, a economia solidária perpassa e torna-se possível ser discutida, trabalhada, nas demais áreas do saber, dos componentes curriculares escolares, com dinamismo, criatividade e sem apelativos ortodoxos, doutrinários e sugestivos para execução de meras funções sociais, ao contrário, ampliar a maneira de se compreender gestão política, financeira, doméstica e ou micro empreendedora, em nossas periferias, gerando nos bairros uma dinâmica econômica local, descentralizando as "Farias Limas" do poder econômico tradicional exploratória, possibilitando autonomias e engendrando um Ethos (ética) que qualifica e propõe equidade.

AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS POSITIVAS

A sociedade desde cedo quando se pensa na educação básica fundamental, busca-se potencializar compreensões de mundo, em que, o progresso seja mútuo, economia inclusiva, lucro repartido e usufruto dos recursos, de maneira responsável. Contudo, o coletivo valorizado, rompe o histórico acúmulo eurocêntrico hegemônico, que mantém a exclusão social e dependência financeira, como mecanismo classista.

A culturalidade, a autoestima, as parcerias, o estudo, a busca por ampliar dinamizar e criar, são frutos, postos na mesa da partilha a comemorar as conquistas, na manutenção de momentos celebrativos dos resultados alcançados, das modificações e alterações provenientes das lutas sociais. Nas periferias predominam as influências Afro-ameríndias e seu dinamismo, afetivo, festivo e

criativo. Nos bairros, por exemplo, as festividades são horizontalizadas, ou seja, a própria comunidade gera a comemoração e nela a economia autônoma engendra uma troca. Os carnavais populares, blocos de rua são um grande exemplo dessa capacidade. Porém, as escolas estão possibilitando esta relação através do dia da família na escola, as feiras de conhecimento, de maneira tímida e sem um viés comercial, a não ser para APM escolar. Ao se reconhecer estas condições de parcerias família, escola e associação de moradores aumentam as chances de uma economia solidária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se pensar as possibilidades de se constituir boas relações, sobretudo quando elas perpassam no cotidiano, seja escolar, do trabalho, na família, a de se considerar os desafios, os desafetos, porém o que se pode levar em conta é a maneira de possibilitar que as relações, desde a escola, possam fundamentar uma economia solidária que transforme vidas. Observando e ponderando as contribuições, espontâneas, ora a partir, das questões que este texto suscita, faz-se necessário lançar outro olhar para a própria sociedade brasileira, paulistana, em específico, nota-se a grandiosidade do quanto é possível se pensar em políticas públicas, iniciativas dos grupos filantrópicos, das ações de instituições que promovem transformações sociais e não a considerar um jeito econômico solidário, horizontalizado e que podem ser potencializados.

A economia tradicional, mercadológicas que dinamizam os setores financeiros, bancários e comerciais, das grandes corporações, parecem alimentar, ad eternum, uma condição de vida piramidal, exploratória, mas quando se há possibilidade de construir formas, mais que alternativas, e sim, abrangentes de transformação social, cognitiva e emocional nas pessoas e por gerações, saímos da utopia e contribui-se para uma realidade castigada pela desigualdade histórica. Portanto, por que não olhar para as escolas como espaços possíveis de se pensar não somente uma educação financeira individualizada e sim uma economia solidária, por meio de políticas econômicas distributivas e organizadas para o bem comum. As escolas podem e conseguem, nas instâncias públicas, começar este diálogo. A economia não se restringe a ela mesma, no entanto, sua função que faz necessário endereçar aos interesses, sobretudo coletivo, ou seja, ao bem comum.

## REFERÊNCIAS


Dowbor, Ladislau. Resgatar a função social da economia. Uma questão de dignidade humana. São Paulo. Ed. Elefante. Outras Palavras, 2022.

Brasileiro, Eduardo Org. Realmar a economia: a economia de Francisco e Clara. São Paulo-SP. Ed. Paulus, pag. 121, 124, 2023.

D'Andrea, Tiajaru Pablo org. Reflexões Periféricas: propostas em movimentos para a reinvenção das quebradas. São Paulo, Ed. Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021.

Francisco, Papa. Carta encíclica do Papa Francisco. Laudato Si'- sobre o cuidado da casa comum. Libreria Editrice Vaticana. Tradução CNBB. São Paulo, 2ª Edição, Editora Paulus, 2019.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Campanha da Fraternidade 2023 – Fraternidade e Fome. Texto-Base: Brasília, Edições CNBB 2022. Disponível em: www.ibge.gov.br – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estística).

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara: denúncias às violências financeiras e anúncio de economias para o bem viver. Belo Horizonte-MG, ABEFC, 2023.